



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – ART. 74, INCISO III, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº
14.133, LEI 14.133/21**

Porto Alegre, 26 de maio de 2025.

Ref.: Processo Administrativo nº 03/2025 - Dispensa de Licitação – Inexigibilidade – Aquisição de 1 inscrição para o XXXVIII Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), a ser realizado nos dias 15 a 18 de junho de 2025, na cidade de Belo Horizonte/MG.

OBJETO: Aquisição de 1 inscrição para o XXXVIII Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), a ser realizado nos dias 15 a 18 de junho de 2025, na cidade de Belo Horizonte/MG.

VALOR TOTAL: O custo total da contratação é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), conforme custos unitários apostos no termo de referência.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6.2.2.1.1.01.04.04.047 – Inscrições em Cursos

Considerando as informações e documentos do Processo Administrativo nº 03/2025, AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para pagamento da inscrição ao CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE - CONASEMS, necessária para efetivação da inscrição para o **XXXVIII Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)** pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia – 7ª Região.

Encaminha-se ao Departamento Licitação, para que se publique o presente ato no sítio eletrônico oficial (PNCP), conforme estabelecido no art. 94, II, da Lei 14.133/2021, para fins de eficácia da AUTORIZAÇÃO aqui referida.

CRISTINA MARTINS BASTOS SCHNEIDER
Presidente
CRFa 7



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço não continuado de capacitação na área da saúde em evento nomeado XXXVIII Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), stands alugados por instituições de notória especialização, que será realizado em Belo Horizonte (MG), entre os dias 15 e 18 de junho de 2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Inscrição	21172	UNIDADE	1	R\$500,00	R\$ 500,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) dias úteis contados do dia 14/06/2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A participação no XXXVIII Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) promove a capacitação e o aprofundamento nos debates referente à valorização da atuação dos fonoaudiólogos nas políticas públicas e amplia a interlocução do CRFa7 com os(as) gestores(as) municipais de saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A modalidade de aquisição de inscrições envolverá a participação de 1 (um) Diretor do CRFa7 – Cristina Martins Bastos Schneider (Presidente).

4.2. A instituição que se pretende contratar deverá ofertar o serviço de acordo com o período de realização, programação, organização e demais detalhes conforme apresentados na página



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

oficial do evento.

<https://congressos.conasems.org.br/8-xxxviii-congresso-nacional-de-secretarias-municipais-de-saude/o-congresso>

SUSTENTABILIDADE

4.3. Não se aplica.

SUBCONTRATAÇÃO

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A execução contratual ocorrerá conforme a programação prevista pelo organizador (1974448, 1974450 e 1974454).

5.2. A realização do Congresso está programada para ocorrer conforme programação descrita na página da internet do evento

<<https://congressos.conasems.org.br/8-xxxviii-congresso-nacional-de-secretarias-municipais-de-saude/programacao>>, ocorrendo diversas atividades, inclusive algumas simultâneas, nos períodos conforme abaixo:

Dia	Agenda
1º dia - 15/05	9h às 19h
2º dia - 16/05	9h às 21h
3º dia - 17/05	9h às 21h
4º dia - 18/05	9h às 17h

5.3. A representante do CRFa7 participará do evento e suas respectivas palestras, inclusive poderá visitar os estandes alugados por órgãos e entidades públicas, especialistas no assunto relativo à saúde da população brasileira.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. Deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do evento, o cronograma de execução será enviado à Contratante, anotadas tais circunstâncias que deram origem ao acontecimento.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

FISCALIZAÇÃO

6.4. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.5. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.6. O fiscal verificará se o evento foi realizado conforme informações disponibilizadas pela CONTRATADA.

GESTOR

6.7. O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências e das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Antecipação de pagamento

7.1. O pagamento das inscrições será efetuado por meio de boleto bancário, uma vez que o processo de inscrição é realizado diretamente no site oficial do evento. Ressalta-se que a plataforma disponibiliza, como únicos meios de pagamento, o boleto bancário e o Pix, não havendo opção para faturamento posterior ou outro tipo de cobrança institucional.

7.2. Diante dessa limitação, será necessário dar prosseguimento ao processo mediante pagamento excepcional antecipado, tendo em vista que essa é a única forma de viabilizar a efetivação das inscrições solicitadas pela Diretoria.

7.3. Cumpre informar que os boletos foram gerados de forma individualizada, conforme exigência da própria plataforma do evento, a qual emite um boleto exclusivo para cada inscrição realizada.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 (indicar o caput ou um dos incisos do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).

Exigências de habilitação

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. DO VALOR ESTIMADO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 7ª Região.

11. FORO

11.1 Fica eleito o Justiça Federal do município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir questões oriundas desta contratação.

CONTATOS



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

Setor: Tesouraria

Telefone: (51) 3333-1291 e 99185-3280

E-mail: tesouraria@crefono7.org.br/crefono7@crefono7.or.br

Responsável Mara Carniel Muniz

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Mara Carniel Muniz
Coordenadora Geral
Membro da Comissão de Licitação

Aprovo,

Autoridade Competente
 Cristina Martins Bastos Schneider Presidente